

GOVERNANÇA DA ÁGUA NO BRASIL

Pedro Roberto Jacobi; Vanessa Empinotti; Renata de Souza Leão;
Alexandre do Nascimento Souza

Observa-se que as questões referentes às práticas participativas e dinâmicas descentralizadas do sistema de gestão brasileiro ainda constituem parte dos desafios para a governança da água. A influência de fatores não apenas técnicos, mas também de caráter político, econômico e cultural torna o processo muito mais complexo, e o estilo de gestão que tende a prevalecer obedece a uma lógica sociotécnica.

O modelo adotado permitiu a formação de fóruns de discussão participativos onde os interesses e problemas regionais que afetam e são afetados pelos recursos hídricos são discutidos e apresentados. Atualmente, uma das maiores necessidades é aumentar sua efetividade, transparência e a participação de todos os usuários.

Entretanto, após 17 anos da criação da Lei das Águas, outras questões começam a despontar. Hoje, os principais desafios estão relacionados tanto à gestão da demanda quanto ao aumento e à garantia da oferta de água em regiões hidrográficas. Questões relacionadas à baixa qualidade da água em consequência da poluição doméstica e industrial começam a limitar a disponibilidade hídrica e regiões de alta concentração populacional. Esta problemática fica ainda mais evidente com a ocorrência de período de seca.

Como discutido neste capítulo, a (in)eficiência da cobrança em financiar o sistema de gestão e a persistência do controle de informações e limitação de seu acesso pelos entes do estado indicam a necessidade de melhoria e reflexão de ajustes que possam alterar tal realidade. Um dos grandes desafios para fortalecer o ethos democrático de um comitê é ampliar o acesso à informação sobre os temas que compõem a agenda, na medida em que o conteúdo técnico não pode se transformar no fator de promoção de assimetria na compreensão de um conhecimento técnico e, portanto, de maiores recursos na argumentação entre os diversos segmentos.

GOVERNANÇA DA ÁGUA NO BRASIL

Ao mesmo tempo, o sistema não está sendo capaz de incentivar as ações com relação aos investimentos necessários referentes à coleta e ao tratamento de esgoto dos centros urbanos, uma vez que estas decisões ainda são feitas de forma centralizada pelo governo e pelas companhias de saneamento, sem considerar as indicações dos planos de recursos hídricos elaborados com a participação dos usuários, organizações da sociedade civil e do estado, como definido por lei.

Por fim, com a ocorrência da escassez hídrica decorrente da pressão da demanda pela água, que reflete as práticas de consumo, ganha atenção o papel efetivo da água subterrânea como uma fonte a ser utilizada. Entretanto, tal discussão não foi internalizada pelo sistema o que abre caminho para a sua exploração descontrolada. A falta de monitoramento e controle sobre os aquíferos e a contínua pressão sobre a sua exploração evidencia a inabilidade do sistema em se adiantar às problemáticas e sugerir ações para o uso controlado deste recurso.

Dessa forma, o sistema de gestão entra em um novo momento, onde os desafios da gestão dos recursos hídricos impõem a necessidade de ajuste e, ao mesmo tempo, a ativação de instrumentos e espaços de negociação para que a governança da água seja exercida de forma construtiva e proativa, em vez de apenas reagir às problemáticas atuais.